

# O Exército e a Sociedade, na Segunda Metade do Século XIX - Reflexões para um Estudo

Isilda Braga da Costa Monteiro

---

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 755-760



## O Exército e a Sociedade, na Segunda Metade do Século XIX - Reflexões para um Estudo \*

Isilda Braga da Costa Monteiro

No caso concreto da questão militar, a Regeneração corresponde ao regresso do Exército aos quartéis e à sua unificação, o que no conjunto poderá ser entendido como a sua "domesticação"<sup>1</sup>. Na realidade, a instituição militar, durante a primeira metade do século XIX, pautou-se por uma dinâmica conflitual muito forte, motivada quer pelos factores políticos gerais, entre os quais a disputa pela hegemonia política, quer por causas específicas que tinham a ver com o funcionamento da própria instituição, em especial as promoções que resultavam da evolução dos próprios conflitos políticos, num círculo vicioso a que só se poderia pôr fim através da estabilização, do reforço e da coesão do estado<sup>2</sup>. A questão política torna-se então numa questão militar em que o espaço de visibilidade dos conflitos se transforma no espaço de confronto armado, ao mesmo tempo que a questão militar se torna, também ela, numa questão política central ou, dito de outra forma, "se por um lado o exército se politiza, por outro a política militariza-se"<sup>3</sup>. Aspectos que, no conjunto, justificam o protagonismo assumido pelo Exército durante esse período decorrente de uma forte politização que teve como consequência imediata o aparecimento do militar-político. O pronunciamento de Saldanha, em Abril de 1851, marca a alteração desta situação. A relativa estabilidade política, económica e social que caracteriza a primeira fase da Regeneração faz esbater, pelo menos aparentemente, a preponderância do Exército e dos militares que abandonam o intervencionismo militar armado, qualquer que ele seja, ao mesmo tempo que faz diminuir o fenómeno de militarização, que indelevelmente marcara a primeira metade de Oitocentos. O confronto ideológico que caracterizara a longa fase pós revolucionária, esmorecera. Os interesses eram agora outros.

O ano de 1851, marcado pelo pronunciamento militar liderado vitoriosamente por Saldanha, constitui, assim, compreensivelmente, a baliza cronológica a montante de um período que se mostra de uma enorme importância para o estudo da questão militar em Oitocentos, caracterizado pelo relançamento dos ideais liberais num Portugal reconciliado e apostado no progresso, e que a jusante apresenta a data de um outro pronunciamento militar também ele vitorioso e também ele liderado pelo velho marechal -1870. Se, em 1851, o pronunciamento de Saldanha dá, vitoriosamente, início a uma nova fase do liberalismo, a uma viragem política - a Regeneração - , o segundo, em 1870, marca, apesar da vitória, o afastamento definitivo do velho militar e com ele o fim da "era dos

---

\* As reflexões aqui apresentadas enquadram-se numa investigação mais alargada tendo em vista a elaboração da dissertação de Doutoramento, realizada sob a orientação do Professor Doutor Oliveira Ramos e subordinada ao título *O Parlamento e a Questão Militar (1851-1870)*.

<sup>1</sup>SARDICA, José Miguel - A política e os partidos no Portugal oitocentista: discursos historiográficos e opiniões contemporâneas. *Análise Social*. Vol. XXXH, 142 (1997), p. 291.

<sup>2</sup>MARQUES, Fernando Pereira - Intervencionismo militar e modernização em Portugal no século XIX. In TORRE DE LA GÓMEZ, Hipólito, ed. *Fuerzas Armadas y poder político en el siglo XX de Portugal y España*. Mérida: Universidad Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, 1996. p. 19.

<sup>3</sup>MARQUES, Fernando Pereira - *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 1999. p. 190.

generais"<sup>4</sup>, que se vinha a esboroar, a pouco e pouco, desde 1856, com a chegada de Loulé ao poder. Trata-se, tanto em um caso como em outro, de momentos de instabilidade política, protagonizados por um Exército que só aparentemente seria o mesmo, comandado por um velho marechal que, esse sim, se mantinha igual a si próprio, habituado a protagonizar conspirações que a história ainda não analisou em profundidade. Na realidade, o pronunciamento de 1870 não se ajustava à nova configuração política e militar do país que a *pax* regeneradora tinha até então vindo a desenhar, numa convergência de vontades que indo além da simples reconciliação nacional, poderá ser entendida como o resultado de uma estratégia de poder das correntes políticas mais radicais que, dessa forma, preparavam o terreno para a desejada democracia, "minando o regime por dentro, quer dizer, republicanizando gradualmente, a própria monarquia"<sup>5</sup>.

Pondo-se fim a uma primeira metade de século marcada pela "guerra de todos contra todos"<sup>6</sup>, em que a Carta Constitucional foi mais uma das armas de arremesso das facções em confronto, o período que vai de 1851 a 1870, assenta no compromisso possível que, de forma marcante, o Acto Adicional de 1852 simboliza. Inicia-se então uma nova forma de fazer política com uma plêiade de políticos sem passado, estreados nas lides parlamentares<sup>7</sup>, e que, menos presos nas teias das dívidas de gratidão para com os militares e o Exército - a quem o Parlamento e os deputados devem a existência, como algumas vozes insistem em lembrar -, procuram construir as bases de um novo Exército, das quais a nova lei de recrutamento de 1855 é apenas uma das faces mais visíveis.

Como podemos verificar, a questão militar é, no Portugal Oitocentista, uma questão essencial mas complexa. Identificada com o conceito de Defesa Nacional, a que as invasões francesas sofridas no início do século emprestaram uma dramática actualidade e dimensão, esta complexidade reflectia bem as idiosincrasias do liberalismo português. Efectivamente, a questão militar deverá ser percebida a três níveis diferentes, cada um deles com um ritmo próprio, o que dificulta ou mesmo impossibilita (e aos próprios políticos de então também), a necessária justaposição. Num primeiro nível - normativo-constitucional -, definido à luz da nova matriz de pensamento liberal, logo na primeira metade do século XIX, o Estado, pelas principais instâncias do poder central - rei, parlamento e governo -, vai chamar a si competências específicas relativas ao Exército e Defesa Nacional, como legislar sobre recrutamento, fixar as forças de terra e mar e conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras no reino, enquanto ao cidadão se atribui, especificamente, o dever de pegar em armas para defender a independência nacional. Num segundo nível - político-parlamentar -, aprofundado na primeira fase da Regeneração, procurou-se debater e legislar para dar forma ao exército nacional, retirando-o da influência de caudilhos militares e colocando-o ao serviço do Estado. Passos importantes foram dados nesse sentido, permitindo de alguma forma a Portugal estar dotado dos mecanismos legais essenciais para que tal acontecesse. Contudo, tal não se verifica com a abrangência e rapidez pretendidas, porque a sociedade - o terceiro nível - constitui, ao longo de todo a segunda metade do século XIX, o grande foco de resistência à mudança, nomeadamente pela continuada fuga ao serviço militar, pelo alheamento da problemática da Defesa Nacional, pelas críticas constantes às despesas do Ministério da Guerra. A sociedade portuguesa, apesar das alterações jurídicas e legislativas parece não querer, ou não poder, corresponder ao que dela se esperava, que era dar forma à tão desejada "nação em armas". O serviço militar estava longe, ainda, de ser sentido como um dever de todo o cidadão, o imposto de sangue a que todos deveriam responder por igual. Aspectos, que afinal emperravam o sistema e faziam da questão militar uma questão ao mesmo tempo actual e politicamente incómoda. Importará, assim, analisar cada um destes níveis de *per se*, dando um especial ênfase à dimensão político-parlamentar da questão militar, por ser esta a determinante para fazer o *interface* de aproximação entre o quadro

<sup>4</sup> VALENTE, Vasco Pulido - *Os Militares e a política: 1820-1856*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 33.

<sup>5</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima - O liberalismo. In CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de, coord. de *Memória de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. p. 430.

<sup>6</sup> Para utilizar o sugestivo título de um artigo de Maria de Fátima Bonifácio (BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, p. 160).

<sup>7</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de - *A Construção do estado liberal: elite política e burocracia na Regeneração. 1851-1890*. Lisboa: Ed. Autor, 1995. Dissertação de Doutoramento policopiada. p. 16-17.

normativo-constitucional que o novo Estado liberal pretendia instituir e a sociedade.

A questão militar, embora de inegável centralidade na história nacional do século XIX e XX, não tem merecido a devida atenção por parte dos historiadores. O seu estudo, com raras excepções, tem-se confinado à análise dos factos em que os militares foram os grandes protagonistas, ou seja, as invasões francesas e as guerras liberais, ou, mais recentemente, a revolução de 25 de Abril de 1974. Tudo o mais está ainda por conhecer. Contudo, mais do que olhar a instituição militar de dentro para fora, fazendo dela o resultado da intervenção única dos militares que integram as suas fileiras, importa inverter posições e tentar apreender a sua evolução de fora para dentro, procurando os princípios que a moldam e condicionam, nos espaços de discussão e decisão políticas, onde o debate sobre a questão militar, se abre, cada vez mais, aos civis, até então fora do círculo de especialistas, monopolizado pelos militares.

Assim, a partir da tribuna parlamentar, o novo espaço de discussão e decisão criado pelo liberalismo, será necessário detectar e analisar as linhas estruturantes do debate sobre a temática militar, e apreender os novos mecanismos de relacionamento civil-militar - conceito fundamental da sociologia e, em especial, da sociologia militar, e que, no sentido restrito, significa o mútuo posicionamento, entre o sector civil e militar, no âmbito do poder<sup>8</sup> -, que a Regeneração terá tornado possível. Integrando-se no modelo aristocrático definido por Janowitz, caracterizado por uma coincidência de elites decorrente do facto da elite militar ser recrutada preferencialmente entre a elite política e económica, devido a inexistência de uma profissionalização, que só progressivamente irá ser regulada, ao longo da segunda metade do século XIX, o relacionamento civil-militar apresenta uma especificidade própria. Presa nas teias de solidariedades e compromentimentos que cerceavam a sua independência e, dessa forma, cerceavam também a independência da instituição militar face ao grupo dirigente civil, o estudo da elite militar apresenta uma complexidade acrescida.

Para além das funções política, legislativa, fiscalizadora e financeira, que constitucionalmente se lhes atribui, a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares são os palcos do debate político, por excelência, do regime constitucional que definitivamente se instalou em 1834, assumindo, quer uma quer outra, um papel determinante na formação da elite dirigente<sup>9</sup>. Os militares estão sentados tanto em uma como em outra. Com uma diferença, visível após 1851. Na Câmara dos Deputados está a nova geração de militares - oficiais do exército com um *curriculum* ainda por fazer -, entre a qual sobressai Fontes Pereira de Melo. Na Câmara dos Pares estão as altas patentes da hierarquia militar, os mesmos homens que na primeira metade do século XIX intervieram militarmente - em pronunciamentos, levantamentos, golpes de estado, insubordinações e motins - e que agora discursam, apresentam projectos de lei e votam.

Adaptando-se às novas circunstâncias políticas e ideológicas, os militares terão mudado o campo de batalha, trocado a rua pelo espaço parlamentar e adoptado estrategicamente outros mecanismos de intervenção - a influência e a pressão. Será, assim, necessário, como sublinhou Oliveira Ramos, "estudar sistematicamente, a presença, a patente e raiz familiar e a trajectória dos militares envolvidos na governação e na política"<sup>10</sup>, e nessa linha, fazer o levantamento dos nomes dos militares e dos antigos militares que, quer como deputados, quer como pares, têm lugar no Parlamento, entre 1851 e 1870, para os acompanhar, sessão a sessão, nas estratégias adoptadas, nas propostas apresentadas, nas eleições ou nomeações para as comissões parlamentares, nos discursos proferidos. Porque, mais importante, por certo, do que o número de militares presentes no Parlamento, será a maior ou menor intransigência nas posições defendidas, os maiores ou menores dotes oratórios, a maior ou menor capacidade de mover influências dentro e fora desta instância de poder, dentro e fora da instituição militar.

Contrariamente ao que antes tinha acontecido, no período que vai de 1851 a 1870, a questão

<sup>8</sup> CARRILHO, Maria - *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. p. 56.

<sup>9</sup> SÁ, Luís de - *Lugar da Assembleia da República no sistema político*. Lisboa: Caminho, 1994. p. 60

<sup>10</sup> RAMOS, L. A. de Oliveira - Algumas observações sobre a História do Exército Português no regime liberal. In *Para uma visão global da História Militar. Actas do I Colóquio da Comissão Portuguesa da História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1990. p. 170.

militar é cada vez mais uma questão política, enquanto a questão política parece ser cada vez menos entendida como uma questão militar, galvanizadora de paixões e revoluções. Liberto da condução dos destinos do país o Exército começara, finalmente, a reunir as condições para se pensar a si próprio, dentro e fora das instâncias de poder. A fundação da *Revista Militar*, em 1849, é disso um bom exemplo, como o será o forte dinamismo imprimido à imprensa de cariz militar ao longo da segunda metade do século.

Dentro dessa linha orientadora, será promordial analisar a questão militar enquanto questão política e realidade social a reenquadrar na nova matriz político-ideológica do liberalismo. Recrutamento, necessidade da existência ou não de um exército permanente são aspectos de um debate instalado aos quais se juntam a reorganização da instituição militar e que, no conjunto, poderão ser inscritos no reforço de uma política de controlo por parte do grupo social civil no poder que visava dominar o exército, estatizá-lo e subtrai-lo a futuras tentações revolucionárias, às ordens de comandantes carismáticos, como tinha acontecido na primeira metade do século XIX. A "Saldanhada", de contornos ainda hoje mal conhecidos, vem de alguma forma confirmar que se estava no bom caminho e que definitivamente os velhos generais estavam fora do xadrez político oitocentista. O Exército, como elemento da nação, está condenado a reflectir a sua estrutura histórica ou a condicioná-la. Quanto mais a reflecte, menos a condiciona e vice-versa<sup>11</sup>. A Regeneração procurou (re)fazer o exército, começando nele a reconciliação que pretendia para o país, com o objectivo de definitivamente superar as divisões surgidas na primeira metade do século XIX, para, dessa forma, torná-lo o reflexo de si própria.

---

<sup>11</sup> LOURENÇO, Eduardo - *Os Militares e o Poder*. Lisboa: Arcádia, 1975. p. 36.